



**SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA
COORDENAÇÃO DE POLÍTICAS PARA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA
SUBCOMITÊ DENÚNCIAS**

**ATA DA 8ª REUNIÃO DO SUBCOMITÊ DE DENÚNCIAS DO COMITÊ POP RUA,
REALIZADA NO DIA 10 DE SETEMBRO DE 2025 (QUARTA-FEIRA) ÀS 15H00.**

Participantes Governo: Karen Fernanda (SMDHC), Roberta Cristina (SMDHC), Thais Silva Santos (SMADS), Adalberto Santos (SMDHC), Erico Bapstitella (SMSUB);

Participantes Sociedade Civil:

Participantes Organização Social: Beatriz Clemente (Fórum da Cidade), Darcy Costa (Cisarte).

Convidado: Daniela Santiago (SMDHC), Regina Machado, Victor Hugo, Roseli Kraemer, Sergio Conceição (SGM), Wagner dos Santos (SGM), Antônia.

Às 15h10min do dia 10 do mês de setembro do ano de 2025, de forma online, plataforma Teams, reuniram-se os presentes para reunião mensal do subcomitê de denúncias.

Karen informou que, nesta reunião, não estará presente a Ouvidoria de Direitos Humanos devido a conflitos na agenda.

Victor Hugo relatou sobre sua denúncia envolvendo o emprego de educador socioeducativo no Instituto Pilar, localizado em Pinheiros. Ele trabalhou na abordagem social e registrou mais de 55 protocolos que foram enviados via CPAS. Relata que a abordagem social não chegou ao local e Victor questionou essa situação, alegando que não poderia haver esse tipo de falha, pois a equipe não estava indo até o local e, mesmo assim, os protocolos constavam como evasão. Victor afirmou que possui os protocolos e áudios dos próprios gerentes, nos quais informam que ele deveria seguir as normas deles e a maneira como eles realizam o trabalho.

Karen pede os protocolos e encaminhamento de áudios via e-mail para que consiga prosseguir com a denúncia.

Beatriz reiterou a denúncia solicitando uma visita à Favela do Moinho e relatou que os direitos humanos das pessoas que lá residem estão sendo violados, caracterizando a situação como desumana. Ela afirmou que isso faz parte de uma política higienista adotada pelo prefeito e pelo governo de São Paulo. Beatriz enfatizou que a população em situação de rua não deve ser tratada como lixo, e que, para efetivamente resolver essa questão, são



SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA
COORDENAÇÃO DE POLÍTICAS PARA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA
SUBCOMITÊ DENÚNCIAS

necessárias políticas públicas adequadas. Ela destacou a necessidade de mais albergues com qualidade, pois, segundo ela, tudo destinado à população em situação de rua é considerado inadequado — móveis e banheiros necessitam ser trocados e uma solução mais eficiente deve ser buscada com maior afinco. Além disso, Beatriz apontou a falta de vontade política para erradicar as infestações de pragas nos equipamentos destinados a essa população, destacando a urgência de uma ação mais eficaz. Ela também mencionou o fechamento da Casa Franciscana, que ocorreu ainda durante o período de frio, e informou que atualmente há 90.500 homens a mais nas ruas, com as condições das locações sendo extremamente precárias. Beatriz detalhou a falta de apoio da SMADS e destacou que, há cinco anos, no comitê, não há instalações adequadas como banheiros públicos, nem locais para as pessoas se hidratarem. Ela sugeriu que sejam criados banheiros públicos completos, com berçário, para que as mães possam trocar seus filhos com mais conforto e segurança. Pede fiscalização e aponta SMADS para que se tenha uma reposta.

Roseli destaca que esse ano se colocou um novo projeto para erradicar a fome e pede para que informem sobre esse projeto e que ninguém sabe sobre e gostaria de que se colocasse isso a parte do comitê.

Darcy, próxima pessoa inscrita, destacou a ausência de um plano de ação efetivo para políticas públicas voltadas à população em situação de rua na cidade de São Paulo. Reconheceu que existem diversas demandas na cidade, mas ressaltou a importância de trazer objetividade às ações do Comitê PopRua, considerando que há demandas específicas dessa população que precisam de atenção especial, devido à sua visibilidade e vulnerabilidade — composta majoritariamente por corpos pretos, fragilizados e em situação de extrema pobreza, muitas vezes sem acesso à moradia. Darcy mencionou novamente a situação da Favela do Moinho, reforçando a necessidade de atenção urgente. Informou também sobre as dificuldades de acesso às reuniões com a Ouvidoria de Direitos Humanos (ODH) e com a Secretaria Municipal de Habitação (SEHAB), que frequentemente alegam agendas cheias, o que dificulta a inclusão da pauta PopRua nas discussões institucionais. Enfatizou que, mais uma vez, essa pauta está sendo deixada de lado. Também destacou que os movimentos de moradia conseguem participar das discussões e influenciar políticas habitacionais, enquanto a população em situação de rua segue sem um programa específico de moradia na cidade de São Paulo. Por fim, Darcy citou o artigo 203 da Constituição Federal de 1988, que estabelece que a assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, com o objetivo de proteger a



SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA
COORDENAÇÃO DE POLÍTICAS PARA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA
SUBCOMITÊ DENÚNCIAS

família, a maternidade, a infância, a adolescência e a velhice, bem como amparar as pessoas em situação de vulnerabilidade. Ela alertou que a violação de direitos é evidente em relação a essa população, afetando desde crianças até idosos. Darcy também relatou um caso envolvendo a Polícia Militar, em que um agente confundiu um instrumento e acabou disparando um tiro que atingiu o olho de uma pessoa — fato que, segundo ela, evidencia um cenário de descontrole e violência institucional.

Sérgio inspetor da GMC informa que foi pautado que deve haver respeito com a população em situação de rua (PopRua). Ele relata que, em algumas ocasiões, ocorrem agressões contra essa população — e contraguardas municipais — em virtude de abordagens inadequadas ou situações de conflito.

Beatriz informou que ela vê em todas as redes que a abordagem da GCM é recorrente, e expressa muita tristeza por isso. Ela gostaria que a GCM e a Polícia Militar tivessem formação adequada, pois afirma que já lidam com pessoas na rua chutando-as. Ela citou o caso de Jefferson, que foi morto depois de levar três tiros, questionando como pode haver justificativa para disparar três vezes com fuzil contra uma pessoa. Também relata que há relatos de pessoas sendo acordadas pela população em situação de rua por meio de agressões físicas (“chutando”) e destaca a importância de uma formação mais ampla e da necessidade da ajuda de todos. Antônio fez uma denúncia sobre os ginásios — ela destaca que a primeira questão é a forma como a população é tratada, sendo colocada para dormir em qualquer local. Menciona também a má gestão de equipamentos, e que ela não consegue encaminhar adequadamente o caso da morte link no qual ficará anexado nesse documento de uma pessoa em situação de rua que morreu do lado de fora de um equipamento do Arsenal da Esperança. Além disso, destaca a importância de dedetização desses espaços, pois algumas pessoas preferem ficar fora dos equipamentos devido a várias violações, bichos nas camas, entre outros. Afirma que falta um documento formal que sirva de encaminhamento para fiscalizações.

Thais solicita que tudo seja formalizado via SEI, para que a questão seja enviada às autoridades competentes. Ela também deseja esclarecimentos sobre a pessoa que faleceu à porta do Arsenal. Antônio reforça que a morte está registrada em reportagem, que o falecido era assistido pelo Arsenal, e que há protocolo e registro no SEI que comprovam os relatos e pede instrumento para fiscalização e pede medidas definitivas e é o que não acontece. Thais destaca que o centro de acolhida possui caráter de acolhimento, mas que



SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA
COORDENAÇÃO DE POLÍTICAS PARA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA
SUBCOMITÊ DENÚNCIAS

também precisa funcionar como um lar. Ela enfatiza que isso não significa que, por estar no centro de acolhimento, a pessoa esteja presa dentro do local, sem possibilidade de sair. Thais questiona se o usuário do centro de acolhimento estava impedido de entrar. Antônio informa que é necessário verificar essa situação nas secretarias, razão pela qual fez as denúncias. Karen informa que deixou seu e-mail no chat para que ela consiga encaminhar os protocolos e as denúncias que foram enviadas via SEI.

Roseli informa sobre os últimos relatórios de serviços oferecidos à população em situação de rua, destacando que esses relatórios precisam ser revistos, pois não houve melhora, pelo contrário. Ela salienta a necessidade de articulação, formação das equipes, redução de danos e melhoria na qualidade de vida. Destaca também a importância de manter o senso atualizado e de promover o diálogo constante.

Darcy informa sobre as regras de serviços e horários, mencionando que há determinados locais nos quais as pessoas não podem entrar, independentemente da atividade que estejam realizando, seja trabalho ou estudo. Ele aponta que isso prejudica muito a questão da liberdade das pessoas.

Thais destaca as legislações vigentes desde dezembro de 2012, mencionando que precisam ser revistas, assim como o regimento interno, a saída qualificada e os horários de pernoite.

A ideia é dialogar com os Centros Pop e pede-se um pouco de paciência para que seja possível realizar as melhorias necessárias. O objetivo é publicar a norma técnica em 2026, sendo que ela deverá se basear na norma de 2012, que é o que está disponível atualmente para dar retorno.

Sendo para o que tinha para o momento a reunião foi encerrada.

[Relato de PopRua que morreu fora do equipamento.](#)

ENCAMINHAMENTOS:

1	Abordagem Social / Relatórios enganosos	10/09	SMADS/SMDHC
2	Visita na favela do Moinho	10/09	SMDHC



SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA
COORDENAÇÃO DE POLÍTICAS PARA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA
SUBCOMITÊ DENÚNCIAS

3	Verificação de horários Centro de acolhida	10/09	SMADS
4	Revisão de Relatórios	10/09	SMADS/SMDHC